

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 7.026, DE 2002**

Denomina Viaduto Ovídio José dos Santos o viaduto localizado no Km 620 da rodovia BR-153, no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás.

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado SANDES JÚNIOR

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe, oriundo do Senado Federal, tem como único escopo denominar de Viaduto Ovídio José dos Santos, o viaduto localizado no Km 620 da rodovia BR-153, no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás.

Em sua justificação, o Senador Mauro Miranda assevera que o homenageado, nascido na Fazenda Serra, no Município de Morrinhos, empreendeu inúmeras lutas em benefício do crescimento e do desenvolvimento de Morrinhos, em defesa de seus ideais e dos direitos das pessoas.

Informa, ainda, que o Senhor Ovídio José dos Santos, na política, “esteve à frente de movimentos partidários, lutando para que a coerência e a justiça imperassem nas ações políticas”. Lembra também que sua presença era imprescindível nas reuniões político-partidárias de Morrinhos, sendo seu voto decisivo para a solução de impasses.

Por fim, o autor acredita que a homenagem prestada contribuirá para preservar, para o conhecimento das futuras gerações, a memória de um homem que foi modelo de retidão, coragem, luta e união.

A proposição chega a esta Casa para revisão, conforme determinação constitucional (art. 65, CF). Tramita em regime de prioridade (art. 151, II, a, RICD) e é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Viação e Transportes, e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que a aprovaram unanimemente e sem emendas.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a c/c art. 54), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.026, de 2002.

Trata-se de matéria relativa a transporte e cultura. É competência da União sobre ela legislar (art. 22, XI, c/c art. 24, IX, CF). Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, disciplinar as matérias de competência da União (art. 48, CF). A iniciativa legislativa do parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

De outra parte, obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que a proposição não afronta qualquer outro dispositivo constitucional material. É jurídica, pois foi elaborada em inteira conformidade com o ordenamento jurídico em

vigor no País, especialmente com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.682, de 1979, que assevera:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.”  
(grifamos)

No tocante à técnica legislativa empregada, nenhum reparo há a ser feito, uma vez que a proposição foi redigida em acordo com a orientação da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.026, de 2002.

Sala da Comissão, em        de        de 2005.

Deputado SANDES JÚNIOR  
Relator